



UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SERVIÇO, ENSINO E PESQUISA LTDA - UNISEPE  
CENTRO UNIVERSITÁRIO AMPARENSE - UNIFIA  
Rod. "João Beira" – SP 95 - KM 46,5 – Bairro Modelo – Caixa Postal 118 – CEP: 13905-529 Amparo - SP  
(19) 3907-9870 – e-mail: [unifa@unifa.edu.br](mailto:unifa@unifa.edu.br) – site: [www.unifa.edu.br](http://www.unifa.edu.br)

**unisepe**<sup>®</sup>  
EDUCACIONAL

**CENTRO UNIVERSITÁRIO AMPARENSE**

**DENISE GUIDI**

**JÚLIA DO AMARAL MACHADO**

**FEMININOS, FEMINISMO E PROCESSOS DE  
SUBJETIVAÇÃO**

AMPARO/SP

2022



UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SERVIÇO, ENSINO E PESQUISA LTDA - UNISEPE  
CENTRO UNIVERSITÁRIO AMPARENSE - UNIFIA  
Rod. "João Beira" – SP 95 - KM 46,5 – Bairro Modelo – Caixa Postal 118 – CEP: 13905-529 Amparo - SP  
(19) 3907-9870 – e-mail: [unifa@unifa.edu.br](mailto:unifa@unifa.edu.br) – site: [www.unifa.edu.br](http://www.unifa.edu.br)

**unisepe**<sup>®</sup>  
EDUCACIONAL

# DENISE GUIDI JÚLIA DO AMARAL MACHADO

## FEMININOS, FEMINISMO E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Projeto de TCC apresentado ao curso de Psicologia do Centro Universitário Amparense – UNIFIA, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de graduação. Orientadora Marcelly Camacho Torteli Faria

AMPARO/SP

2022



UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SERVIÇO, ENSINO E PESQUISA LTDA - UNISEPE  
CENTRO UNIVERSITÁRIO AMPARENSE - UNIFIA  
Rod. "João Beira" – SP 95 - KM 46,5 – Bairro Modelo – Caixa Postal 118 – CEP: 13905-529 Amparo - SP  
(19) 3907-9870 – e-mail: [unifia@unifia.edu.br](mailto:unifia@unifia.edu.br) – site: [www.unifia.edu.br](http://www.unifia.edu.br)

**unisepe**<sup>®</sup>  
EDUCACIONAL

Sumário	
Introdução	4
Objetivo	5
Justificativa	6
Metodologia	6
A história da mulher	7
A construção dos femininos	9
Novas dinâmicas do feminino	12
Considerações Finais	16
Referências	17



## Introdução

Incômodo e inadaptação. Pode-se começar com essas palavras para introduzir o presente trabalho e afirmar a inquietação diante dos modelos tradicionais de feminilidade e gênero. Perceber as várias possibilidades de ser mulher em diferentes corpos, ou seja, abdicar o modelo hegemônico do feminino é percorrer um caminho sinuoso. A História sempre foi apresentada como universal, na qual o “nós” é masculino e a história da mulher desenvolve-se à sua margem. Durante toda trajetória histórica da mulher, a liberdade e as possibilidades de se construir como sujeito, tendo como referência suas próprias escolhas e valores, foi negada.

Em outras palavras, durante toda a narrativa histórica-política da humanidade a mulher nunca constituiu sua condição de libertação, a qual lhe possibilitaria fazer-se sujeito de sua existência (Beauvoir, 1989). Dado que, o homem sempre foi para a sociedade o padrão, a norma e a referência. A consciência que a mulher adquire de si depende da realidade histórica em que se encontra, sendo que o discurso histórico hegemônico é atravessado pelas relações de poder (Muniz, 2015).

Para contribuir com o debate sobre a subjetivação da mulher se faz necessário percorrer as reivindicações e lutas dos movimentos feministas na pluralidade do feminino. O movimento feminista que se iniciou no século XIX e se desenvolveu ao longo do século XX, com frequência é pensado em termos de “ondas” que sintetizam suas conquistas em termos de direitos políticos, sociais e civis. Geralmente tomadas a partir de um referencial histórico do movimento das mulheres norte-americanas ou europeias, o que não necessariamente reflete o feminismo latino-americano.

Dessa forma, diversas faces – feminismo pós-colonial, subalterno, negro, comunitário, lésbico, indígena, bastardo, ecológico, liberal, radical, entre outros – do feminismo contemporâneo ganham vida com intuito de reforçarem a importância geográfica e histórica como construtora e desconstrutora de identidades femininas. Por meio desses movimentos, é possível estudar as



caracterizações biopolíticas que normatizam processos de subjetivação e modos de vida. Sendo assim, o trabalho foi dividido para um melhor esclarecimento da temática.

O trabalho foi dividido em três seções, na qual se buscou caracterizar e relacionar a história da mulher, a construção dos movimentos feministas e novas dinâmicas da subjetivação do feminino na contemporaneidade. Na primeira, objetivou-se compreender os aspectos econômicos, sociais e políticos, que modificaram a situação da mulher, antes restrita ao espaço privado e que impulsionaram a primeira onda feminista. Posteriormente, foi feita uma releitura do desenvolvimento dos movimentos feministas e suas contribuições para a criação de novas estéticas de existência.

Na última seção, realizou-se uma breve investigação dos impactos do processo de colonização e do regime capitalista neoliberal na construção das subjetividades e na opressão das mulheres. Diante da necessidade de reconhecer ou criar novas realidades, o feminismo preconiza uma postura de ação, reflexão e criação perante a construção de múltiplos femininos, para escapar dos fatalismos conservadores, heteronormativos, misóginos e patriarcais.

O modo como as mulheres enfrentam as suas múltiplas subordinações, articulam seus afetos, percepções e se reposicionam como corpos criativos em direção às potencialidades emancipatórias como forma de fortalecer suas diferenças, pluralidade de expressões garantir sua participação no espaço político e público.

## **Objetivo**

O objetivo do projeto é realizar uma releitura e um estudo de alguns dos contextos históricos das mulheres e dos movimentos feministas que influenciaram na construção das subjetividades femininas e suas diversas formas de manifestação na contemporaneidade.



## Justificativa

Falar sobre mulher é um assunto que nos provoca. Ser mulher é escutar incessantemente sobre feminilidade, maternidade e fragilidade. A existência fixa de uma mulher moldada e submissa ao gozo dos homens. A mulher? Alguns dizem que é uma fêmea e esta palavra basta para encerrar sua subjetividade (Beauvoir, 1989). Mas para nós a função de fêmea, ou seja, o biológico não basta para definir a mulher, então questionamos, o que é ser mulher?

Dessa forma, esclarecemos a relevância da temática: a escolha se deu a partir de nossas experiências como mulheres na sociedade brasileira, que registra um dos mais altos índices de violência contra crianças e mulheres no mundo, e como estagiárias de psicologia que atenderam outras mulheres vítimas de uma série de tipos de abusos e violências. A importância do presente estudo está em compreender melhor a construção dos femininos, dar voz a estas mulheres e problematizar as forças dominantes que acorrentam o feminino, aprisionado em uma ideia de universalidade. Ser mulher não se restringe a uma realidade imutável ou a uma condição biológica, mas antes, a um infindo construir-se e desconstruir-se, uma experiência incessante de criação e recriação de corpos e subjetividades.

## Metodologia

Para que fosse possível abordar a temática proposta, se fez necessário pensar em uma metodologia que proporcionasse a ressignificação da mulher, por meio de um olhar que dialoga com os múltiplos femininos e feminismos sobre a história, documentos e direitos, apostando em uma narrativa que rompesse com os interesses acadêmicos comprometidos com os poderes e domínios masculinos instituídos. Dessa maneira, o presente trabalho não visou construir um novo poder no feminino, mas dar voz às inúmeras possibilidades de um “devir-mulher”, no sentido deleuziano, em prol da autonomia dos femininos e das feminilidades.



Dessa forma, a modalidade da produção foi a pesquisa bibliográfica utilizando fontes literárias para a colaboração de uma escrita científica comprometida com a verdade. Verdade esta, no sentido foucaultiano, eminentemente política que provoca e desmonta a ordem econômica e política (Rago, 2013). Em uma composição com o método cartográfico, que possibilita investigar as paisagens afetivas e existenciais acompanhadas de seus coletivos de forças (Rolnik, 1989).

Nessa proposta, o papel das pesquisadoras é dar língua aos afetos que pedem passagem. É construir o conhecimento a partir das sensações e percepções vividas no encontro com seus “objetos” de estudo – os femininos, a feminilidade, as mulheres – que não são neutras e nem isentas de interferência. Pois, no encontro da cartógrafa/ do cartógrafo com seu “objeto”, diversas forças estão presentes, fazendo com que ambas/os sejam afetadas/os, implicando um processo de desterritorialização no campo da ciência, para inaugurar uma nova forma de produzir o conhecimento (Prado Filho & Teti, 2013).

## **A história da mulher**

Não é o foco do trabalho fazer uma releitura da historicidade da mulher, entretanto se faz necessário contextualizar alguns dos eventos históricos, econômicos e intelectuais que antecederam e culminaram na primeira onda do movimento feminista, que não foi linear ou uniforme e atingiu diferentemente tempos, espaços e ordens sociais. Apesar de não haver um único posicionamento da organização histórica da mulher e do movimento feminista, é possível identificar certas referências predominantes que se revelam em reivindicações e pautas de determinada época (Bittencourt, 2015b).

Quando a burguesia se constituiu, a influência do direito romano renasceu. Como no tempo dos romanos, as acusações de fragilidade e ignorância da mulher destinava-se a justificar a disposição que a lei estabelece contra a situação inferior que as mantinham. Apesar de o Renascentismo trazer um novo panorama sobre o sujeito, este não se estendeu às mulheres. Os



costumes em princípio continuaram severos, eram casadas ou encerradas num convento sem seu consentimento.

Porém, foi no terreno intelectual do século XVII que as mulheres das classes privilegiadas conseguiram se destacar. A importância dada a educação gerou ensaios pedagógicos e abriu o debate sobre a natureza e os deveres do sexo. Graça a esses debates, a mulher despertou uma consciência feminista, acarretando na produção de uma série literatura sobre sua situação (Garcia, 2011). Tais influências adentraram os salões franceses do Antigo Regime, proporcionando espaços públicos de caráter intelectual capazes de gerar novos valores sociais. No século XVIII, a mulher conseguiu uma certa liberdade, em decorrência das influências estéticas do século passado e dos acontecimentos políticos, econômicos e culturais que reorganizaram as sociedades europeias.

Assim, o pano de fundo das mobilizações da primeira onda do feminismo foi o resultado dos desdobramentos produzidos pelo surgimento de um novo tipo de configuração social ou ainda, ascensão de um novo estágio do capitalismo (Casagrande, 2018). Um dos primeiros aspetos que teve efeito na condição das mulheres foi a transição demográfica do século XIX. As taxas de natalidade e mortalidade estavam melhores coordenadas e isso afetou a vida feminina, já que ter menos filhos significava a diminuição dos riscos que cada gravidez trazia e maior disponibilidade de tempo para trabalho.

Outro ponto importante foi a educação feminina que teve sua realidade transformada no fim do século XIX. O crescimento da educação básica levou muitas mulheres a profissão do ensino, obviamente a educação das mulheres não era tão boa quanto a dos homens. Segundo Casagrande (2018), as influências da Revolução Francesa e intelectuais - socialismo, liberalismo, democracia - também contribuíram para uma nova percepção de direitos do cidadão e da cidadã, observando-se com efervescência novas experiências com os femininos.

Por volta da virada do século XX a posição das mulheres na sociedade começou a demonstrar mudanças, o que indicou uma percepção de novos valores e expectativas na esfera econômica e social. Alterações estruturais,





como a tecnologia, modificaram a realidade do mundo do trabalho. O nascimento dessa nova realidade configurou a incorporação da mão-de-obra barata de mulheres e crianças na produção coletiva das fábricas. Além de que, novos setores de empregos majoritariamente femininos, como lojas e escritórios, foram criados, o que contribuiu para que a mulher conseguisse maiores licenças, permitindo a criação de possibilidades de ação para si e ganhasse espaço na vida pública.

### **A construção dos femininos**

Em meados do século XIX, o movimento feminista começou a ganhar uma forma mais organizada e permanente, que ficou conhecido como “sufragista”. A primeira onda envolveu múltiplas lutas e diferentes reivindicações. Por um lado, implicou na mobilização de mulheres das classes populares, operárias no contexto recente do processo de industrialização mundial, abusadas e exploradas durante suas atividades de trabalho nas fábricas. Ao mesmo tempo, também reuniu grupos de mulheres com pautas específicas em busca de “igualdade de direitos”, participação política e voto, o que as distanciava da realidade da maioria das mulheres proletárias e negras, configurando exigências que refletiam nos próprios interesses do liberalismo.

O movimento não teve uma organização central ou uma ideologia oficial. A luta feminista não foi criada por nenhuma fundadora, mas emergiu de diferentes situações e diferentes contextos (Casagrande, 2018). Por esse feminismo não se ater às estruturas de dominação e não se organizarem como coletivo, fadaram a perder força enquanto movimento. A volta dos homens da guerra mundial e a propagação das ideologias nazistas e fascistas contribuíram para uma tentativa de controle do feminino, influenciando o retorno da mulher ao espaço doméstico e à maternidade (Pinto, 2010).

Entretanto, na década de 1960 as organizações políticas das mulheres ganham força, influenciadas pelos acontecimentos no cenário mundial, como a Guerra do Vietnã, o surgimento do movimento hippie, o movimento LGBT, Maio de 1968 em Paris e o lançamento da pílula anticoncepcional. Assim, a segunda



onda incorpora diversas frentes de luta: anticolonialismo, valorização das diferenças (de gênero, desejos e sexualidades), do trabalho doméstico, da segurança no trabalho, da licença-maternidade, dos direitos reprodutivos, da educação, do combate ao racismo, da violência doméstica, entre outros. Em sua crítica à sociedade, os múltiplos femininos defendiam que mulheres e homens possuem as mesmas capacidades humanas e por isso, deveriam ser igualmente respeitados e ter os mesmos direitos sociais, políticos e econômicos.

Além de denunciarem o patriarcado como forma de expressão do poder político exercido por meio da dominação masculina e inferiorização das mulheres que ultrapassa o campo do privado (Bittencourt, 2015b). O slogan “O Pessoal é Político”, cunhado por Carol Hanisch em 1969, exemplifica a consciência desse fenômeno. No plano da ação, a ideia passou a ser libertar-se da opressão. Porém, para as diferentes mulheres, em suas diferentes posições sociais e experiências de vida, a opressão era vivenciada de maneiras distintas.

Para as feministas radicais da década de 1970, a raiz da opressão das mulheres estava no patriarcado, na qual a família e o papel da mulher na procriação seriam a fonte primária da subordinação feminina. As feministas socialistas e marxistas apontavam o capitalismo como o sistema responsável pela exploração e opressão, identificando a inauguração da propriedade privada como a base da opressão das mulheres, implicando a exploração tripla de suas capacidades produtivas: na maternidade, nas atividades domésticas e na força de trabalho. Por sua vez, as feministas negras e latinas apontavam para o entrelaçamento de diversas formas de opressão que incluíam o racismo, a homofobia e a exploração dos corpos femininos.

Na década de 90 a terceira onda aconteceu. Esta fase criticou o caráter universal e generalizante da segunda onda, que não olhou para os múltiplos femininos. Também chamado de “feminismo da diferença”, o movimento contemporâneo se atentou às singularidades, focou-se no micropoder e na micropolítica e buscou ampliar o conceito de gênero enquanto categoria fixa



(Bittencourt, 2015b). Reafirmando as lutas feministas conquistadas por meio de um feminismo plural e a recusa da hegemonia de um tipo de feminismo sobre o outro.

Nesta fase houve um grande debate a cercada dos fatores que constroem a subjetividade da mulher, criticando a normatização do sujeito feminino e do sujeito masculino, a partir do sexo biológico. Tais debates apontaram que as multiplicidades de feminilidade e feminino perpassam por relações de poder que se expressam em uma linguagem de caráter político. Uma vez que, diante de uma sociedade heteronormativa, só se é alguém no momento em que facilmente seja identificado seu sexo biológico e dessa maneira seu lugar no mundo (Butler, 2003).

No início do século XXI encontramos uma quarta onda do movimento feminista, com múltiplas faces, traduzidas pela interseccionalidade, latinidade etc. (Silva, Carmo, Ramos, 2021) destacadas por sua presença do feminismo em todos os continentes e uma forte atuação de feministas jovens engajadas nas mídias sociais. O uso das mídias sociais para mobilização e conscientização tem sido uma característica marcante dessa nova onda. Pautas antigas foram acentuadas, de acordo com o contexto de cada coletivo. E outras pautas seguiram sendo comuns à maioria: a luta contra a exploração sexual, a violência física e psicológica, o feminicídio, a discriminação no trabalho, jornadas duplas ou triplas.

**Figura 1**

*Direito ao voto feminino no Brasil (1930-1934)*



Nota. Fonte: *90 anos do direito ao voto feminino no Brasil.*

<https://independente.com.br/90-anos-do-direito-ao-voto-feminino-no-brasil/>

### **Novas dinâmicas do feminino**

Desde o final da primeira onda, o movimento feminista ressurgiu em diferentes contextos, ampliando suas pautas, utilizando-se de diferentes métodos de mobilização, agregando novas demandas, enfim, atuando de acordo com a especificidade do contexto social, econômico, geográfico e político em que se insere. Entretanto, suas inquietações e rebeldias permaneceram pela luta dos direitos das mulheres e pela urgente transformação da sociedade e de seus valores.

O feminismo latino-americano tem suas singularidades em relação ao feminismo eurocêntrico ou norte-americano, visto que, à realidade dos países colonizados, a violência e opressão vivida, diferem em grande medida dos países colonizadores. Um aspecto comum a vários países da América-latina, também denominado território *Abya Yala* (Celentani, 2014) e isto inclui o Brasil,



é que a ação do movimento feminista se articulou em um contexto de ditaduras e integrou o processo de ancestralidade cultural e pela luta pela redemocratização. Na década 1980, o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande inquietação na luta pelos direitos das mulheres, potencializando inúmeros coletivos a tratarem de temas como: educação, violência, sexualidade, direito à terra, igualdade no casamento e divórcio, direito ao trabalho, direito à saúde materno-infantil e ao aborto, direito à educação, defesa à saúde reprodutiva, entre outros (Pinto, 2010).

Em que pese as inúmeras conquistas e reivindicações dos movimentos feministas para as questões de gênero, de sexualidade, de direitos, de contestação do patriarcalismo e da heteronormatividade, da construção dos corpos como espaços de criação, da visibilidade aos múltiplos femininos, a mulher ainda se encontra em contextos exploradores e opressivos. O imperialismo político e econômico, acentua a desigualdade e a dominação, principalmente entre as mulheres, levando a uma interrupção dos processos de criação de novas formas de subjetivação (Rolnik, 2018).

Com a implantação do neoliberalismo o mercado reorganizou a vida em todos os níveis, inclusive na subjetividade, assistiu-se a um padrão estético, a medicalização da menopausa e da menstruação, e a diminuição de direitos trabalhistas (Faria, 2005). Deste modo, novas fronteiras sobre a identidade feminina são definidas. As dimensões sociais, políticas e principalmente econômicas buscam o retrocesso das conquistas das mulheres e a alienação destas ao capital masculino. A ascensão de forças conservadoras e neoliberais provocam efeitos violentos na subjetivação e nos corpos femininos.

O regime colonial-capitalista de financeirização neoliberal, cuja política de subjetivação leva a uma interrupção dos processos de criação de novas formas de vida, reduz as representações socioculturais que estruturam o sujeito e sua linguagem (Rolnik, 2018). As técnicas disciplinares atuam diretamente na biosfera e no biopoder, como mecanismos reguladores que incidem sobre a subjetividade, adestram os corpos femininos para as funções



de reprodução e para a anulação de sua sexualidade em prevalência ao masculino (Bittencourt, 2015a).

Deste modo, os movimentos feministas surgem como forças de vida potencializadoras, que buscam a liberação das formas de sujeição impostas às mulheres pelo contrato sexual e pela cultura de massas, dando voz a uma ressignificação dos femininos (Rago, 2013). Após a primavera feminista de 2015<sup>1</sup> no Brasil, ficou claro que a luta das mulheres se encontra num novo patamar de mobilização e criação. O feminismo vem mudando e adquirindo múltiplas faces, as práticas de uma nova juventude, urbana e conectada às redes sociais está forjando novos comportamentos, afetos e atitudes, que se expressam e se relacionam por meio da valorização dos coletivos, exemplo, coletivo Mulheres da Matria Latino-americanos – MuMala.

Nessa circunstância, as pautas democráticas vêm adquirindo novo peso, o que tem intensificado e ampliado o movimento feminista, por meio da unificação da diversidade, processo que foi colocado em xeque pela segunda onda nos anos 1960, com o protagonismo das mulheres negras, lésbicas, trans, indígenas e profissionais do sexo. Deste modo, o presente trabalho vem buscando tecer uma espécie de síntese em torno dos fragmentos da historicidade dos movimentos feministas como recurso para ler e interpretar a construção dos femininos em âmbito geral.

Os breves recortes temporais da Europa, dos Estados Unidos e América Latina, possibilitam um esclarecimento das influências que construíram a identidade da mulher restrita ao âmbito de um ideal universal, que traz uma concepção de mulher branca, ocidental e burguesa, em suas análises, desconsiderando as singularidades de classe, raça, gênero, etnia, língua e

---

<sup>1</sup> A primavera feminista no Brasil em 2015, como ficou conhecida, destacou-se por ser um movimento de mulheres que foi organizado por meio das redes sociais que reivindicou leis que possibilitassem melhores condições trabalhistas e administrativas das mulheres brasileiras, bem como o não retrocesso de suas conquistas, uma vez que o Projeto de Lei do, então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, previa, entre outras questões, dificultar o acesso ao aborto as mulheres estupradas. Cf. Primavera feminista no Brasil. *El país*, disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533\\_406426.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html) (Acesso: 05/11/22).





cultura. A construção subjetiva é perpassada por relações de poder e discursos. A mulher foi relegada ao espaço familiar e à maternidade, reforçando-se o domínio em rede, envolvendo macro e micro poderes estabelecidos, garantindo a reprodução do sistema capitalista masculino. Para Beauvoir (1989), tudo começou com a mudança na organização do trabalho, na qual o homem não enxergou na mulher um semelhante em que pudesse contar como mão-de-obra para transcender e reinventar a natureza.

Entretanto, não basta dizer que foi a invenção de novos metais que modificou as relações de forças produzidas e a inferioridade da mulher. Mas sim, as significações atribuídas a estas forças e o desejo de domínio. Com certeza muitas hipóteses surgem sobre a passividade da mulher em aceitar sua situação de submissão e talvez não tenhamos uma única resposta. Entretanto, o que podemos afirmar é que historicamente o corpo feminino é um território ocupado, tanto na esfera pública quanto privada.

A atuação dos movimentos feministas potencializou novos processos de subjetivação e novas formas de experiências corporais, e denunciou o machismo como operantes nas relações sociais. Os movimentos não se limitam à mera reivindicação dos direitos políticos, suas atitudes questionaram a vida cotidiana de diferentes mulheres, o papel dos femininos em diversas sociedades e culturas, bem como sua relação com o espaço público e as coletividades. A experiência de ser mulher, dos femininos e das feminilidades em diferentes corpos foram alargadas e outros modos de nomeá-la se tornou possível a partir da construção de novas representações sociais, que ampliou a concepção de mulher e reafirmou sua pluralidade, na qual o sexo não seria fator decisivo.

Assim, o feminismo tornou-se uma poderosa ferramenta de luta que reconhece a diversidade de classe, corpos, subjetividades e nacionalidade. Apesar do contexto ser diferente e de hoje termos novos elementos, é inegável que muitas das demandas das trabalhadoras da primeira onda seguem atuais. O capitalismo aprofundou suas contradições e crises, de forma que continua mostrando sua opressão na vida das mulheres, sobretudo as pobres, negras e

lésbicas, que ainda hoje ocupam os postos e cargos mais precarizados. Apesar deste cenário desafiador, os movimentos de resistência empregados pelos múltiplos feminismos se mostram de uma força vital na luta contra as relações de poder que buscam restringir a mulher a desempenhar um determinado tipo de identidade.

## Figura 2

*Lançamento da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil – 2000*



*Nota. Fonte: 2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista.*  
<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>

## Considerações Finais

Foi nessa jornada de recuperar a “escrita de si”, no sentido foucaultiano da construção da subjetividade pelas diferentes áreas do saber e da política, é que mergulhamos na prática da liberdade das estéticas da existência (Rago, 2013). Visto que a potência de transitar é o que impulsiona o desejo de liberdade, descobrindo-se e escolhendo-se num mundo em que é imposto à mulher a condição de subordinação. A mobilização dos femininos como potências transformadoras que se deslocam em energias criativas, é tarefa





fundamental no ato de resistir aos poderes estruturais que exercem domínio sobre a subjetividade feminina.

A mulher foi relegada ao espaço privado e à maternidade, desconsiderando seu direito ao corpo e ao prazer, atendendo aos valores dominantes do sistema capitalista patriarcal. A biopolítica contemporânea qualifica, hierarquiza e domestica processos de subjetivação e modos de vida, colocando a subjetividade feminina à mercê dos dogmas do capital masculino. Entretanto, os movimentos feministas, em suas múltiplas facetas, - feminismo pós-colonial, subalterno, negro, comunitário, lésbico, indígena, bastardo, ecológico, liberal, radical, entre outros - se constituem como forças de resistência às séries de violências e normatizações da vida.

Para investigarmos melhor o momento em que estamos, para estendermos e intensificarmos nossas batalhas, integradas às comunidades (trans, lésbicas, negras, indígenas, camponesas), nada mais propício que retomarmos as trajetórias e formas com que milhares de mulheres e pensadoras se movimentaram e romperam suas amarras. Por meio de alguns breves fragmentos da história de femininos e feminismos, adquirimos uma posição questionadora, reposicionando acertos e erros, sobretudo para lembrarmos que o protagonismo das mulheres e das feminilidades está relacionado a um processo histórico e geográfico. Porque antes de nós, outras mulheres provaram que a organização coletiva é fundamental para a conquista de novos espaços, direitos e a criação de diferentes subjetividades.

## Referências

- Beauvoir, S. (1989). *O Segundo Sexo: Volume 1: Fatos e Mitos* (7<sup>a</sup> ed., S. Milliet Trad.). Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1949)
- Bittencourt, N. A. (2015a). A biopolítica sobre a vida das mulheres e o controle jurídico brasileiro. *Revista Direito e Gênero*, n<sup>o</sup>.
- Bittencourt, N. A. (2015b). Movimentos feministas. *Revista InSURgência*, 1(1), 198-210.



- Butler, J. (2003). Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In *Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade* (pp. 15-60, R. Aguiar Trand.). Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1990)
- Casagrande, R. Z. (2018). O Sufrágio e a Primeira Onda Feminista. *Faculdade de Letras-Universidade de Coimbra*.
- Celentani, F.G. (2014). *Feminismos desde Abya Yala. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Editorial Corte y Confeción, Ciudad de México. (p.46-72).
- Faria, N. (2005). O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. Em: Faria, Nalu; Poulin, Richard. *Desafios do livre mercado para o feminismo. Cadernos Sempre Viva*.
- Garcia, C. C. (2011). *Breve história do Feminismo*. Editora Claridade.
- Muniz, D. D. C. G. (2015). Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas. *OP SIS, 15(2)*, 316-329.
- Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de sociologia e política, 18(36)*, 15-23. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>
- Prado Filho, K., & Teti, M. M. (2013). A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói, 45-59*.
- Rago, M. (2013). *A aventura de contar-se: feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade*. Editora Unicamp.
- Rolnik, S. (1989). Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. In *Cartografia: uma definição provisória* (pp. 15-21). Estação Liberdade.
- Rolnik, S. (2018). *Esfera da insurreição: notas para uma vida não cafetinada* (2ª ed.). n-1 edição.
- Silva, J.P.A.; Carmo, V. M.; Ramos, G. B. J. R. (2021). As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. *Revista de Direitos Humanos em Perspectiva. Encontro Virtual, 7(1)*, 101-122.